

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA**Anúncio n.º 7584/2012****Processo: 40/11.4TYVNG**

Publicidade de Deliberação nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Negócio Certo, L.ª, Endereço: Com Sede na, Rua Soares dos Reis, n.º 518, 4400-312 Vila Nova de Gaia

Administrador de Insolvência: Dr. Sebastião Campos Cruz, Endereço: Rua Dr. Serafim Lima N.º 245-1.º Sala 6 e 7, S. Martinho do Bougado, 4785-315 Trofa

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, por decisão da Assembleia de Credores, foi aprovado o Plano de Insolvência.

21-03-2012. — O Juiz de Direito, *Dr. Sá Couto*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Couto*.

305904725

Anúncio n.º 7585/2012**Insolvência de pessoa coletiva (requerida)
Processo n.º 1105/11.8TYVNG**

Insolvente: Transportes Ana Paula & Pedro Pereira, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 3.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 27-01-2012, pelas 20.45 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Transportes Ana Paula & Pedro Pereira, L.ª, NIF 505712628, Endereço: Rua São Gens, 3362, R/C, Custóias, 4460-813 Custóias MTS, com sede na morada indicada.

É administradora do devedor: Ana Paula Marques de Carvalho Pereira, NIF 174568932, Endereço: Rua S. Gens, 3362, R/C, Esq.º, Senhora da Hora, 4460-813 Matosinhos, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio: Elisabete Gonçalves Pereira, Endereço: Av.ª de Londres, Urbanização dos Pombais, Praça Londrina, Bloco B-3, 1.º Andar, sala 5, Guimaraes c/ nif 203308778 e telef 253433569.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º-CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objeto da garantia e respetivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 17-04-2012, pelas 11:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

28 de março de 2012. — O Juiz de Direito, *Dr. Sá Couto*. — O Oficial de Justiça, *Ana Maria S. A. Barros*.

305928053

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL**Anúncio n.º 7586/2012**

Processo: 2056/11.1TBVRL

Insolvência pessoa coletiva (Requerida)

Requerente: Companhia Luso-Mediterrânica de Papelaria, L.ª

Insolvente: Brave & Right Unipessoal, L.ª

No Tribunal Judicial de Vila Real, 1.º Juízo de Vila Real, no dia 22-03-2012, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Brave & Right Unipessoal, L.ª, NIF — 509417043, Endereço: Praceta D João Evangelista, n.º 15, 2.º Dt.º, Vila Real, 5000-538 Vila Real, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio.

Ademar Margarido de Sampaio Rodrigues Leite, Endereço: Av. Alberto Sampaio n.º 106 — 2.º, 3500-000 Viseu

São administradores do devedor: Henrique Manuel Fernandes Rodrigues, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do art.º 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (art.º 42.º do CIRE), e/ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (art.º 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do art.º 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no art.º 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do art.º 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os

tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

23-03-2012. — O Juiz de Direito, *Dr. Rui Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Maria Dina Nunes de Barros*.

305914631

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL

Anúncio n.º 7587/2012

Insolvência de pessoa singular (apresentação) Processo n.º 414/12.3TBVRL

Insolvente: Ana Cristina da Silva Alves.
Credor: Banco BNP Paribas Personal Finance, S. A., e outro(s).

No Tribunal Judicial de Vila Real, 2.º Juízo de Vila Real, no dia 13-03-2012, pelas 14.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Ana Cristina da Silva Alves, estado civil: Divorciado, nascida em 09-10-1964, freguesia de Massarelos [Porto], nacional de Portugal, NIF 197934080, BI 7478570, Endereço: Rua Dr. Manuel Cardona, Entrada A, Bloco 1, 3.º, Frente, 5000-558 Vila Real.

Para Administrador da Insolvência é nomeada Anabela dos Anjos Ferreira, Endereço: Rua Nossa Senhora de Fátima, 222, 5.º, NIF 203851790, 4000-000 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º-CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objeto da garantia e respetivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 21-05-2012, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

16 de março de 2012. — O Juiz de Direito, *Dr. Manuel Domingos Alves*. — O Oficial de Justiça, *Élia Maria Xavier Ferreira Lia*.
305885812

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VISEU

Anúncio n.º 7588/2012

Insolvência pessoa coletiva (Apresentação) n.º 3699/11.9tbvis

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: 01010 Limitada, NIPC. 504752391, Endereço: Avenida António José de Almeida 44, Viseu, 3510-042 Viseu

Administradora da Insolvência: Vera Lúcia Ladeira Rodrigues, Endereço: Rua Luís de Camões, Carvalhais, 3780-476 Moita

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente, artigo 232.º, n.º 2 e 5 do CIRE.

Efeitos do encerramento: artigo 233.º, n.º 2 do CIRE.

23-03-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Isabel Pereira Neto*. — O Oficial de Justiça, *António José*.

305912728

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação (extrato) n.º 517/2012

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 15 de março de 2012:

Dra. Paula Cristina Oliveira Lopes de Ferreirinha Loureiro, Juíza de direito, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra (área administrativa), destacada no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (área administrativa) — prorrogado, até ao próximo movimento judicial, o desatamento no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (área administrativa).

20 de março de 2012. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.
205931196

Deliberação (extrato) n.º 518/2012

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 15 de março de 2012, foi ratificado o despacho do seu Presidente, de 7 de março de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 8 de março de 2012.

20 de março de 2012. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.
205931147

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho n.º 4779/2012

Despacho de S. Ex.ª o Conselheiro Procurador-Geral da República, de 16 de março de 2012:

Renovadas, por mais três anos, as comissões de serviço que vêm exercendo os seguintes magistrados:

Licenciado Fernando Bento — Procurador-Geral Adjunto a exercer as funções de vogal do Conselho Consultivo, com efeitos a partir de 13/03/2012;

Licenciada Joana Antónia Gomes Ferreira — Procuradora da República a exercer as funções de Diretora do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, com efeitos a partir de 14/03/2012;

Licenciada Maria de Fátima da Graça Carvalho — Procuradora-Geral Adjunta a exercer as funções de vogal do Conselho Consultivo, com efeitos a partir de 11/04/2012;

Licenciada Maria de Lurdes Parada Gonçalves Lopes — Procuradora da República a exercer as funções de assessora do Gabinete do Procurador-Geral da República, com efeitos a partir de 18/04/2012.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

19 de março de 2012. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.

205931066